

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS

Ariane Olczewski

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rua Marquês de São Vicente,
Gávea, Rio de Janeiro (RJ), Brasil
olczewski@yahoo.com

Antônio Márcio Tavares Thomé, D.Sc.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rua Marquês de São Vicente,
Gávea, Rio de Janeiro (RJ), Brasil
mt@puc-rio.br

Resumo

A evolução tecnológica tem proporcionado enormes oportunidades de melhorias e inovações nas mais diversas áreas. As empresas e governos, imersos nesse meio, tem tentado se adaptar a nova realidade e buscar novas ferramentas para atingir patamares cada vez mais elevados de qualidade e retorno.

Ferramentas de e-procurement podem alavancar os ganhos do governo e melhorar sua performance na área das compras públicas, gerando maiores benefícios e retornos aos cidadãos. A Administração Pública Brasileira, apesar de ter iniciado um processo de modernização, ainda está muito aquém do desejado pela sociedade. Um exemplo é a forma arcaica como os processos de compras ainda são executados, imersos em uma burocracia voltada completamente para os meios e não para os fins. A consequência é um processo moroso, com altos custos, ineficiente, com baixa qualidade e pouca transparência. Ferramentas de e-procurement e processo digital representam um avanço em direção a uma administração pública mais eficiente e comprometida com resultados.

Palavras-Chaves: *e-procurement*, desmaterialização, processo digital.

Abstract

Technological progress has provided huge improvements and innovation opportunities in several areas. Companies and governments, subjected to this environment, are trying to adapt to new realities and seek new tools to achieve higher levels of quality and return.

E-procurement tools can leverage the government's earnings and improve its performance in the public procurement area, creating greater benefits and returns for citizens. The Brazilian Public Administration, despite having started a process of modernization, is still far from desired by society. One example is the archaic way procurement processes are still performed, immersed in a bureaucracy geared completely to the means and not to the ends. The consequence is a belated process, with high costs, inefficient, low quality and little transparency. Tools of e-procurement and digital process represent an advance toward a more efficient public administration committed to results.

Keywords: *e-procurement*, dematerialization, digital process.

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia de informação e comunicação representa oportunidade única para a evolução, simplificação, racionalização e melhoria dos processos de compra, tanto na iniciativa privada quanto na esfera pública.

A Administração Pública brasileira tenta há anos empreender esforços para superar suas deficiências burocráticas e ranços culturais há muito arraigados na cultura da ineficiência das repartições públicas. A utilização de sistemas informatizados tende a auxiliar na busca de uma gestão mais inovadora, com melhor prestação de serviços aos cidadãos, adequada utilização dos recursos públicos, transparência, eficiência e celeridade.

Conforme exposto por Vaydia (2006), há mais de quarenta anos empresas e governo fazem uso de sistemas tecnológicos para melhorar e apoiar seus processos de compras, porém, apenas recentemente sistemas de *e-procurement* atraíram atenção da academia. Conforme esse mesmo autor, a utilização de ferramentas de *e-procurement* no setor público é bastante limitada, o que justifica o pequeno número de publicações acadêmicas sobre o tema. Daí a relevância do presente artigo, que tem como objetivo tentar aclarar questões importantes sobre a utilização de tecnologia de informação nos processos de compras da Administração Pública. O *e-procurement* está mudando a forma como as aquisições de bens e contratações de serviços são realizadas no mundo – consequentemente, o presente estudo poderá ajudar a demonstrar a importância da adoção desse novo conceito como forma de auxiliar a Administração Pública a alcançar o nível de serviço exigido pela atual sociedade.

São vários os termos utilizados nos diversos assuntos que englobam a utilização de tecnologia na Administração Pública, mais especificamente na área de compras, como, por exemplo, *e-commerce*, *e-government*, *e-procurement* (em suas acepções em inglês), e até algumas alcunhas em português, como processo digital e teleadministração. Nesse artigo buscaremos enfatizar os aspectos relacionados à utilização do *e-procurement* e processo digital, mediante revisão bibliográfica no que concerne à utilização da tecnologia de informação e comunicação na área de compras, especificamente na esfera das compras públicas, com o intuito de verificar os aspectos relevantes apresentados pela literatura nesse prisma, principalmente no que tange aos benefícios e desafios na utilização dessas ferramentas. As questões de certificado digital, assinatura digital ou inclusão digital no país não serão abordadas.

Após esta introdução, a segunda parte do artigo apresenta a metodologia utilizada. A terceira parte apresenta o atual estado da literatura no que se refere à utilização da tecnologia de informação e comunicação nas compras públicas, abarcando conceitos como *e-government* e *e-procurement*. Nesse contexto, o foco principal do artigo será o *e-procurement*, que posteriormente evoluirá para incluir o conceito de desmaterialização do processo físico de compras. Em seguida, o artigo apresentará na quarta parte, informações sobre o processo digital no Judiciário Brasileiro, pioneiro na utilização do conceito de desmaterialização nativa do processo judicial no país. Por fim, são apresentadas as conclusões.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a investigação de artigos científicos e publicações sobre o tema de interesse na internet. Inicialmente, foi utilizada a ferramenta de busca por meio da pesquisa integrada na base de dados do Portal CAPES. A primeira busca foi feita com a palavra processo eletrônico, no título, e refinada, por conta dos inúmeros resultados obtidos, com a expressão compras públicas e depois com a palavra Brasil. Essa mesma pesquisa foi realizada com os termos em inglês, *e-procurement* e *public sector*. Em seguida, a própria ferramenta, baseada nas buscas efetuadas e artigos selecionados, recomendou uma lista de artigos relacionados ao tema, que também foram incorporados à bibliografia. Posteriormente, foram buscadas as palavras *e-government* e *procurement*. No site de pesquisa Google, foram pesquisadas as palavras desmaterialização e papel, de forma combinada, onde mais uma vez,

na bibliografia dos artigos encontrados relativos ao tema em questão, foi possível localizar outros artigos relacionados ao assunto. Nesse site também foi procurada a expressão “processo eletrônico administrativo”. As buscas mencionadas acima foram as que tiveram resultados efetivos na localização da bibliografia desejada, no entanto, também foram pesquisadas as palavras abaixo, de forma individual e combinadas: processo digital, governo, processo eletrônico, desmaterialização, *e-procurement*, *e-gov*, *e-government*, compras públicas, *public procurement*, *public sector*, *governmental purchasing* e *e-government procurement*. Cabe registrar que o tema *e-procurement*, embora bastante discutido na literatura, não conta com muitos trabalhos referentes a sua aplicação na administração pública, sendo ainda mais raros aqueles que tratam da realidade brasileira ou da adoção do processo digital de compras.

3. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS

Os termos Comércio Eletrônico (*e-commerce*) e Governo Eletrônico (*e-government* ou simplesmente *e-gov*) foram cunhados a partir da explosão da internet, ainda que não estejam limitados ao uso da internet ou a sistemas de acesso público para livre uso dos interessados. O *e-gov* iniciou-se no campo da prática, com usuários desenvolvendo, com criatividade, sistemas que atendessem os novos desafios dessa realidade. (GRÖNLUND; HORAN, 2005)

O conceito de Governo Eletrônico, de forma ampla, abarca a perspectiva de melhoria da política e da gestão pública, governança e integração inter e intragovernamental por meio de Tecnologia de Informação e Comunicação (MOTA, 2010). Não há uma definição universalmente aceita para *e-government*. Todavia, de forma genérica, ele pode ser entendido como sendo a utilização, pelo governo, da internet para oferecer informações e serviços aos cidadãos. Seu surgimento e ampliação estão ligados à necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados e à aceitação da tecnologia de informação e comunicação como um elemento importante para aumentar a eficácia, eficiência, e efetividade das ações administrativas, assim como fortalecer a participação popular por meio do acesso à informação (CONCHA et al, 2012; TÓFFOLI, 2013).

Uma das áreas de atuação do *e-gov* pode ser encontrada no processo de compras da Administração Pública, o qual constitui ponto crítico para o governo, uma vez que a sua operacionalização, a celebração de contratos, os ganhos econômicos e a utilização de práticas mais transparentes para o controle dos gastos públicos não vêm ocorrendo de forma apropriada (MOTA, 2010). Como resposta a esta situação, o processo eletrônico de compras (*e-procurement*), passou a ser adotado objetivando a melhoria dos fluxos de trabalho.

Há muitos debates sobre quando realmente surgiu o *e-procurement*, uma vez que sistemas informatizados, vêm sendo utilizados para apoiar processos de compras há mais de quarenta anos (VAYDIA, 2006). No entanto, não há dúvidas que a expansão da internet, da web e dos computadores, na década de 90, foram divisores de água na automação dos processos de compras (VAYDIA, 2006).

O *e-procurement* abarca um rol de conceitos, que podem variar de acordo com a perspectiva estudada por cada autor. De maneira simples, o *e-procurement* pode ser definido como um sistema amigável de compra eletrônica, de bens e serviços necessários para as operações da entidade. Ele oferece uma plataforma em tempo real para condução de negócios, assim como uma grande oportunidade de corte de custos, aumento da eficiência, e eficácia administrativa por meio da automatização de fluxos de trabalho e melhoria de serviços prestados. (GUNASEKARAN; NGAI, 2007; MITCHELL, 2000; PANAYIOTOU et al, 2004). O *e-procurement* pode abarcar um ou todos os estágios do processo de compra, incluindo busca, obtenção, negociação, colocação de pedidos, faturamento, e revisões pós-compra. A sua implementação geralmente envolve uma mistura de diversos modelos (VAYDIA, 2006).

Há no mercado uma grande variedade de plataformas para sistemas de *e-procurement*, oferecidos por diversas empresas de tecnologia, como Oracle e SAP (RONCHI et al, 2010).

A utilização de tecnologias de informação e comunicação na área de compras é bastante difundida na iniciativa privada, onde uma lista de benefícios é elencada pela literatura. Como exemplos, podem ser citados a redução nos custos de transação e de material, com possibilidade de compartilhamento de informações com outras plantas e fornecedores em tempo real e a redução de gastos com mão de obra, especialmente no caso de empresas baseadas em trabalho intensivo e utilização de processo de compra com papel (PRESUTTI, 2003). Mas os governos também estão adotando novas soluções para melhoria dos seus processos de compras, uma vez que a aquisição de bens e serviços permeia todas as atividades públicas e é peça chave para o desenvolvimento das atividades fins, além de apresentar condições para geração de grandes economias, por meio de sua informatização (HENRIKSEN; MAHNKE, 2005).

Tabela 1

Quadro-resumo dos desafios e desvantagens da utilização do *e-procurement* no governo

Autores	Vantagens	Desafios/Desvantagens
PANAYIOTOU et al, 2004	Eficiência operacional; potencial redução de custos; alcance de melhores decisões; melhora de processos já existentes; elevação do nível de serviço; redução de tempo de ciclo; garantia de transparência.	A transição de um modelo tradicional de compras para um modelo eletrônico de compras exige a análise e desenvolvimento de novos processos com o intuito de minimizar a circulação de informações desnecessárias e proporcionar definição clara e precisa de tarefas e processo
CONCHA et al, 2012	Promoção da transparência; redução da corrupção; aumento da produtividade das atividades realizadas; atração de novos potenciais fornecedores; encorajamento de maior participação dos cidadãos.	Como tornar o sistema de compras mais eficiente e efetivo dado a tecnologia disponível; desenvolvimento do arcabouço jurídico necessário; aplicação de boas técnicas de gerenciamento. A mudança tecnológica deve ser acompanhada por uma mudança organizacional, redesenho de processos e treinamento de pessoal.
ROTHANAKITUMMAI, 2013	Uso da internet para baixar custos, alterar rotinas de compras, reduzir prazos, construir relações com fornecedores, aumentar a governança nas compras e limitar interferências políticas.	
VAYDIA, 2006	Possibilidade de tornar o processo de compras mais eficiente em termos de custo e tempo, mais efetivo e flexível; incremento na	Construção da base legal necessária e divulgação de boas práticas; grande investimento de tempo e recursos para

	transparência; liberação da equipe de compras de atividades operacionais, permitindo que avancem em aspectos mais gerenciais do processo; redução de riscos financeiros e técnicos; maximização da competitividade; manutenção da integridade do processo.	desenvolvimento do sistema e infraestrutura, manutenção e treinamento; motivação dos usuários, redução da resistência a novas tecnologias e a mudanças; suporte gerencial; inclusão de fornecedores no processo; planejamento da implantação e integração dos sistemas já existentes.
RONCHI et al, 2010	Os benefícios podem ter duas naturezas: financeiros (mensurados quantitativamente) e organizacionais (medidos qualitativamente). Em relação aos benefícios financeiros: aumento da eficiência na estrutura organizacional, principalmente na redução do departamento de compras e de áreas envolvidas. Sobre os benefícios organizacionais, aponta-se a redução de níveis de autorização, controle em tempo real dos gastos, nível máximo de transparência interna e com os fornecedores.	Dificuldade para executar mudanças devido à inércia organizacional; quantitativo de recursos financeiros e organizacionais necessários para a implementação do sistema.
GUNASEKARAN; NGAI, 2007	Redução de tempo e custos; um sistema com transações eletrônicas tende a liberar mão de obra de tarefas operacionais para tarefas mais complexas, de avaliação e acompanhamento; simplificação dos processos; aumento de produtividade e de eficiência; diminuição do uso de papel; redução do ciclo de compras e de estoques; aumento da colaboração com os fornecedores; redução do custo total de compras.	Segurança das transações; falta de soluções tecnológicas adequadas; alto custo da tecnologia; falta de conhecimento técnico; dificuldades de relacionamento com fornecedores. Algumas barreiras identificadas: infraestrutura; estratégias; pessoas; cultura; falta de motivação e resistência à mudança; falta de suporte gerencial.

Os desafios da Administração Pública em relação às compras são, na maior parte das vezes, diferentes daquelas da iniciativa privada, conforme apontado na tabela abaixo, de acordo com os autores PANAYIOTOU et al, 2004 e VAYDIA, 2006.

Tabela 2

Quadro comparativo público / privado

Tema	Público	Privado
Objetivo	O governo trabalha, muitas vezes, com múltiplos e até por vezes conflitantes objetivos.	Objetivo final é o lucro.
Recursos	O sistema de compras públicas é grande e complexo, e administra recursos pertencentes aos cidadãos com objetivo de alcançar um bem maior.	Recursos têm origem particular.
Normas	Os departamentos de compras públicos estão sujeitos a um arcabouço de normas e políticas estabelecidas para que objetivos sociais e econômicos, financeiros e políticos sejam alcançados.	Políticas de governança individuais de cada empresa.
Bens e serviços	Rol de produtos e serviços adquiridos pelo governo é enorme (considerando os vários órgãos e entidades que o compõem). As necessidades do governo fazem com que as especificações de cada proposta de material ou serviço sejam únicas para cada contrato, dificultando a possibilidade de ganhos de escala.	Empresas tendem a ser especializadas em determinada área.
Transparência	Transparência é uma condição <i>sine qua non</i> do processo de compras governamental. O Governo também é obrigado a cumprir princípios de transparência, fazendo com que todas as suas compras, negociações e contratos estejam acessíveis a qualquer interessado.	Normas mais flexíveis.
Fornecedores	Tendência a incluir tantos fornecedores quanto possível, para aumentar a competição e maximizar oportunidades de redução de preços.	Tendência a utilizar um número pequeno de fornecedores baseado em relações de confiança, com o objetivo de minimizar riscos.

Neste contexto, a pura transposição de soluções desenvolvidas para o mercado privado na área de *e-procurement* não é uma opção indicada para o setor público. O ideal é o desenvolvimento de um modelo próprio que atenda aos objetivos específicos do Governo, e leve em conta suas restrições e impactos (PANAYIOTOU et al, 2004; VAYDIA, 2006).

4. DESMATERIALIZAÇÃO DO PROCESSO

Um dos resultados das inovações trazidas pela era digital, tanto para empresas quanto para governos, é a crescente demanda pela diminuição do uso de documentos físicos, ou seja, do papel. O papel revolucionou o mundo que conhecemos ao permitir a materialização da manifestação da vontade. No entanto, trata-se somente de um meio, um suporte físico, não possuindo um fim em si mesmo (TÓFFOLI, 2013).

Não é possível a utilização plena de um sistema de *e-procurement* se houver a persistência de processos baseados em papel por detrás (PANAYIOTOU et al, 2004). Dessarte, a desmaterialização do processo físico ou a eliminação de trâmites de papel afigura-se como sendo uma necessidade.

A desmaterialização pode ser entendida, nesse contexto, como a informatização de procedimentos administrativos e rotinas de trabalho por meio do uso de meio eletrônico para a produção, utilização e armazenamento da informação (PROJETO CYBERSUDOE, 2014).

Existem duas formas básicas de desmaterialização: a digitalização da informação original produzida em meio não eletrônico, e a produção da informação diretamente no meio eletrônico, dando origem ao documento digital original – chamada, nesse caso, de desmaterialização nativa (AGUIAR; SILVA, 2013).

A desmaterialização nativa só é possível com uma grande mudança cultural, a qual traz enormes desafios principalmente para a Administração Pública, onde a cultura da burocracia, do papel e do carimbo é fortemente arraigada no funcionamento das repartições públicas.

Os benefícios da criação, manutenção e armazenamento de processos e documentos digitais são vários, conforme tabela abaixo:

Tabela 3

Quadro resumo dos benefícios da desmaterialização de processos:

Autor	Benefícios
AGUIAR; SILVA, 2013	<ul style="list-style-type: none">- Redução de custos operacionais, relacionados principalmente à redução do consumo de materiais de escritório, sobretudo papel.- Economia nos despachos e trâmite de documentos entre órgãos e cópias que são enviadas para órgãos de controle e interessados.- Redução do problema de esgotamento da capacidade de armazenamento de documentos e mesmo de custos relativos à terceirização desse serviço.- Celeridade na tramitação dos processos; maior monitoramento e controle do fluxo e realização de tarefas.- Oportunidade de utilização de ferramentas de <i>workflow</i>, ganhos na gestão do conhecimento, padronização de procedimentos e acesso à informação.- Garantia de qualidade de processo; maior

	controle e transparência. - Facilidade no processamento de dados estatísticos e informações gerenciais. - Governança. - Modernização da administração pública.
DELOITTE, 2014	- Capacidade de integração com outros sistemas para a troca de arquivos e informações. - Criação e manutenção de uma base única e completa de dados. - Possibilidade de inserir controles e regras no sistema para garantia de qualidade. - Mudanças na legislação podem ser inseridas diretamente no sistema, reduzindo necessidades de treinamentos. - A destruição de processos pode ser automatizada de acordo com regras estabelecidas no sistema, sem geração de custos adicionais. - Com a eliminação de atividades inócuas, os processos tornam-se mais precisos. - Disponibilização para consultas e interação com interessados vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. - Redução de risco de fraudes, perda ou danificação de informação.

A partir da década de 90, o Brasil iniciou uma estruturação lenta e gradual, na administração pública, com objetivo de modernização, melhoria dos serviços ofertados e transparência, por meio da substituição de práticas burocráticas por práticas gerenciais de administração. Apesar de novos conceitos terem sido incorporados e, mais recentemente, grandes evoluções terem ocorrido, principalmente no que se refere à utilização de Tecnologia de Informação (com destaque para ferramentas de *e-procurement*), os avanços enfrentaram grandes barreiras culturais, e resistências à mudança (MOTA, 2010).

No Brasil, a maioria dos projetos de *e-gov* está focada no oferecimento de serviços digitais aos cidadãos, como também na informatização das compras públicas, principalmente através de sistemas baseados na internet que realizam pregões eletrônicos (ANDRADE; JÓIA, 2012).

A adoção de sistemas informatizados impulsionou diversas reestruturações na administração pública. No entanto, percebe-se que até os dias atuais a utilização dessas ferramentas ocorre de modo fragmentado, sem utilização de um modelo de governança único, o que reflete em soluções isoladas e até incompatíveis, gerando problemas de integração e comunicação. (MOTA, 2010).

A maior inovação no país vem acontecendo no judiciário, onde já está acontecendo a desmaterialização nativa de processos.

Essa modernização do Judiciário faz sentido no momento que se percebe a evolução gradual promovida na Carta Magna do país, com intuito de modernização da Administração Pública brasileira, nos três poderes. Em 1998, a Emenda Constitucional n.º 19 incluiu o princípio da eficiência na Constituição Brasileira como preceito a ser seguido pela Administração Pública. Em 2004, a Emenda n.º 45 incluiu o direito do cidadão à razoável

duração do processo nos âmbitos administrativo e judicial, surgindo então o princípio da celeridade processual (PEREIRA, 2011).

A construção, ao longo dos anos, de um arcabouço jurídico, que culminou na Lei do Processo Eletrônico (Lei n.º 11.419/2006), possibilitou ao Judiciário a primazia na geração de processos exclusivamente em ambientes digitais, com a eliminação completa de papel, sendo que algumas iniciativas estão sendo tratadas de forma centralizada e outras desenvolvidas dentro de cada jurisdição (LÖW, 2012).

O processo administrativo físico ou eletrônico é somente um meio para se atingir uma finalidade específica, e que respeita todos os princípios e parâmetros legais (TÓFFOLI, 2013). O processo eletrônico resume-se tão somente a uma “nova forma de se processar uma ação judicial, que remotamente era oral, depois escrita e agora digital.” (PEREIRA, 2011, p. 75). A utilização de certificado digital permite a equiparação de um documento físico ao documento eletrônico, sendo mantida a validade do documento independente da sua forma (AGUIAR; SILVA, 2013).

Não há lei que determine forma específica para todos os atos praticados no processo administrativo, tampouco que proíba a forma eletrônica. Assim sendo, não há impedimento legal para a adaptação do processo administrativo com uso dos mecanismos tecnológicos. Logo, a problemática na substituição do papel é muito mais cultural do que jurídica (TÓFFOLI, 2013).

As vantagens da utilização do processo digital são todas aquelas já elencadas na utilização do *e-procurement* e na desmaterialização de documentos. O que o torna ainda mais atraente para a Administração Pública é o fato de que o processo administrativo ou judiciário ser muito mais volumoso do que os processos gerados em instituições privadas. As constantes necessidades de motivação e comprovação dos atos, além da falta de cultura de objetividade e síntese, fazem com que os volumes cresçam e a quantidade de papel gerado seja imensa.

O processo eletrônico, portanto, permite o alcance de maior eficiência e qualidade; garante maior transparência, permitindo um controle maior e mais amplo pela sociedade, em tempo real; torna possível a delimitação de uma rotina de trabalho mais clara; e reduz custos com pessoal, material, tempo e praticidade para tramitação de qualquer processo. O processo digital garante ainda maior segurança e rastreabilidade, uma vez que possui uma gama de mecanismos que podem garantir a integridade do documento, a sua inalterabilidade, a veracidade, a exatidão das informações ali contidas e sua guarda pelo tempo necessário, o que nem sempre acontece com processos em papel. (TÓFFOLI, 2013)

Essa revolução, que já está acontecendo no Judiciário, ainda não rompe completamente com o seu modelo conservador, mas é um grande passo em direção à democratização, em tese, da justiça no país, e coloca novas variáveis na discussão do uso da tecnologia da informação, como a base legal para sua utilização; a tecnologia a serviço da gestão e administração pública; e a ampla disponibilidade dos acervos via internet (BOTTENTUIT, 2009).

Com a utilização do processo digital, espera-se a diminuição de vícios, como a morosidade de tramitação de um processo; o “engavetamento”; a falta de motivação de decisões; e o cumprimento de todos os princípios jurídicos (TÓFFOLI, 2013).

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento de sistemas de *e-procurement* aconteceu de forma empírica - primeiro na iniciativa privada, e posteriormente na esfera pública. Apenas recentemente surgiram trabalhos acadêmicos nessa área, procurando analisar a utilização da tecnologia de informação e comunicação para o alcance de novos objetivos no setor de compras.

Na esfera pública, a área de compras é uma das que oferece maiores potenciais de ganhos, em termo de qualidade e economia, com a utilização do *e-procurement*. Diversas oportunidades são apresentadas por estas ferramentas ao governo, no sentido de caminhar para

uma modernização de gestão, aumento de eficiência, eficácia, e principalmente efetividade das ações administrativas relacionadas à aquisição de bens e contratação de serviços. Dessa forma, o patrimonialismo, o clientelismo, a ineficiência e os vícios da burocracia, no Estado brasileiro, poderão ser superados, com a utilização de modernas técnicas de gerenciamento e sistemas de informação.

Os atos administrativos de compras públicas, que são regulados por inúmeras leis e decretos, são processos complexos, que envolvem grande número de informações e muitos volumes de documentos físicos. O excesso de burocracia atrasa procedimentos, gera custos para a sociedade, impede o alcance de metas do Estado junto à população, e prejudica a celeridade e transparência das ações. Tornar a gestão dos processos administrativos de compras mais eficiente é um enorme desafio para a Administração Pública. Enquanto a adoção de ferramentas de *e-procurement* já é uma realidade, ainda que de forma não integrada e parcial, a desmaterialização do processo é uma inovação só alcançada em algumas áreas do Judiciário.

A desmaterialização do processo, ou seja, a adoção do processo eletrônico, com completa eliminação de documentos físicos, é a evolução necessária para a completa utilização dos benefícios propiciados pelo *e-procurement*, quais sejam, ganhos em eficiência; melhoria na comunicação; redução de tempo de processamento; redução de custos, trabalho e riscos técnicos; transparência; redução de ineficiências e erros; possibilidade de descentralização; racionalização das operações; redução de corrupção; governança.

Merece destaque a iniciativa do Poder Judiciário, que, com a lei 11.419/2006, promoveu o passo que faltava para a implantação do Processo Judicial Eletrônico, com o objetivo de reduzir a morosidade dos julgamentos e os custos de transação, assim como garantir a transparência clamada pela sociedade. Com isso, foram trazidas à baila importantes discussões sobre o arcabouço jurídico necessário à desmaterialização do processo, a utilização de tecnologia de informação no governo, e os benefícios e desafios que essa nova realidade proporciona ao estado brasileiro.

Concluimos, portanto, que a utilização da Tecnologia da Informação para extinção de barreiras físicas e temporais dos processos administrativos permite o alargamento e difusão do controle dos atos praticados, garante a segurança, rastreabilidade, inviolabilidade e conservação das informações, e permite o aprofundamento da democracia no país. O *e-procurement* e a desmaterialização do processo podem viabilizar a quebra de paradigmas na administração pública brasileira e lançá-la no rol dos países mais eficientes em termos de gestão pública.

Com base nas considerações acima, é possível imaginar os ganhos a serem obtidos com a união dessas duas iniciativas na administração pública: a utilização do *e-procurement* e a desmaterialização do processo de compras. Esse é um tema interessante para pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

- [1] AGUIAR, Everson Lopes de; SILVA, Eleidimar Odília, **Plano nacional de desmaterialização de processos: administração sem papel**. Congresso CONSAD de Gestão Pública, 6ª ed., Brasília, 2013. Disponível em: <<http://banco.cosad.org.br/handle/123456789/985>>. Acesso em: 23.11.2014.
- [2] ANDRADE, Andre; JOIA, Luiz Antonio. **Organizational structure and ICT strategies in the Brazilian Judiciary System**. Government Information Quarterly 29, 2012, p. 32–42.
- [3] BOTTENTUIT, A. M. As tecnologias da informação sob o domínio da justiça: disponibilidade e garantia de acesso das informações jurídicas da Justiça Estadual do Maranhão. Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de São Paulo em 2009. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/103360>>. Acesso em: 23.11.2014.

- [4] CONCHA, Gastón; ASTUDILLO, Hernán; PORRÚA, Miguel; PIMENTA, Carlos. **E-Government procurement observatory, maturity model and early measurements.** *Government Information Quarterly* 29, 2012, p.43-50.
- [5] DELOITTE. **Is it time to go paperless? Records management: The cost of warehousing bad habits.** Disponível em: <<http://deloitteblog.co.za/wp-content/uploads/2013/03/Is-it-time-to-go-paperless.pdf>>. Acesso em: 23/11/2014
- [6] GRÖNLUND, Åke; HORAN, Thomas A. **Introducing e-Gov: History, Definitions, and Issues.** *Communications of the Association for Information Systems: Vol. 15, Article 39*, 2005. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/cais/vol15/iss1/39>>
- [7] GUNASEKARAN, Angappa; NGAI, Eric W.T. **Adoption of e-procurement in Hong Kong: An empirical research.** *International Journal of Production Economics*, Vol. 113, 2008, p. 159–175
- [8] HENRIKSEN, Helle Zinner; MANNKE, Volker (2005) **E-Procurement Adoption in the Danish Public Sector: The Influence of Economic and Political Rationality.** *In Scandinavian Journal of Information Systems: Vol. 17, Issue 2, Article 2*, 2005. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/sjis/vol17/iss2/2>>.
- [9] LÖW, Marieta Marks. Da automatização à virtualização: A criação do processo eletrônico no Brasil. *SCIRE*. 2012-12-01;18:143-146.
- [10] MITCHELL, Kenneth. **Instituting e-procurement in the public sector.** *Public Management*. 2000-11-01;82:21.
- [11] MOTA, F.P.B. Processo Eletrônico nas Compras Públicas na Perspectiva da Dualidade da Tecnologia: um estudo comparado no contexto brasileiro e paraibano. Dissertação (Mestrado em Administração) – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- [12] PANAYIOTOU, N.A.; GAYALIS, S.P.; TATSIPOULOS, I.P. **An e-procurement system for governmental purchasing.** *International Journal of Production Economics*, Volume 90, 2004, p. 79–102.
- [13] PEREIRA, M. N. (2011). **Processo Digital. A tecnologia Aplicada como Garantia da Celeridade Processual.** *Revista Ciências Jurídicas e Sociais - UNG*, v. 1, n.º 1. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ung.br/index.php/cienciasjuridicasesociais/article/view/918>>. Acesso em 23.11.2014.
- [14] PRESUTTI, William D. Jr. **Supply management and e-procurement: creating value added in the supply chain.** *Industrial Marketing Management* 32, 2003, p. 219– 226
- [15] PROJETO CYBERSUDOE. **Rede de difusão das TIC nas PME no Sudoeste da Europa.** Disponível em: <http://www.cybersudoe.eu/pt/uploads/guides_pt/Guia_Cybersudoe_TIC_e_Desmaterializacao_de_documentos_pt.pdf>. Acesso em: 27/07/2012.
- [16] RONCHI, Stefano; BRUN, Alessandro; GOLONI, Ruggero; FAN, Xixi. What is the value of an IT e-procurement system? **Journal of Purchasing and Supply Management**, Vol. 16, Issue 2, June 2010, p. 131–140
- [17] ROTCHANAKITUMMAI, Siriluck. **The governance evidence of e-government procurement.** *Transforming Government: People, Process and Policy*, Vol. 7, Issue 3, 2013, p.309 – 321
- [18] TÓFFOLI, Vandrê de Castro. **Principiologia no Processo Eletrônico Administrativo.** Monografia de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo, em 2013.

Disponível

em:

<http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6666_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Vandr%E9%20de%20Castro%20T%F3ffoli.pdf>. Acesso em:23.11.2014.

- [19] VAIDYA, K.; SAJEEV, A.S.M.; CALLENDER, G.. **Critical Factors that Influence E-Procurement Implementation in the Public Sector.** Journal of Public Procurement, Vol. 6, Issues 1 & 3, 2006, p. 70-99.